



Luxemburgo, outubro de 2025

Relatório Anual sobre o orçamento da UE:

10 perguntas mais frequentes

-
1. [Qual é o papel do Tribunal de Contas Europeu em relação às contas da UE?](#)
 2. [O que concluiu o Tribunal de Contas Europeu em relação às contas de 2024?](#)
 3. [O que é uma opinião "favorável"/"com reservas"/"adversa"?](#)
 4. [O que é um nível "significativo" de erros?](#)
 5. [O que significa o "nível de erro estimado"?](#)
 6. [A taxa de erro quer dizer que foram desperdiçados 3,6% dos fundos da UE?](#)
 7. [O facto de se encontrar um erro significa que houve fraude?](#)
 8. [O que significa "erro generalizado"?](#)
 9. [Qual é a situação no que respeita à dívida e à exposição do orçamento?](#)
 10. [Por que razão se preocupa o Tribunal de Contas Europeu com o aumento dos encargos decorrentes dos empréstimos contraídos?](#)
-

1. Qual é o papel do Tribunal de Contas Europeu em relação às contas da UE?

Todos os anos, o Tribunal procede à **auditoria das contas consolidadas da UE** e formula uma **opinião** sobre três aspetos:

- se as contas são **fiáveis**;
- se as receitas da UE foram recebidas;
- se os pagamentos foram realizados de acordo com as regras.

Estas verificações constituem a base da **Declaração de Fiabilidade** que o Tribunal deve apresentar ao Parlamento Europeu e ao Conselho nos termos do artigo 287º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Em 2024, o total das despesas orçamentais da UE foi de **191,1 mil milhões de euros**. Tendo em conta as despesas dos fundos reservados para o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (**55,9 mil milhões de euros**), os pagamentos da UE ascenderam a **247,0 mil milhões de euros**.

2. O que concluiu o Tribunal de Contas Europeu em relação às contas de 2024?

O Tribunal validou as contas, considerando-as **fiáveis** (ou seja, emitiu uma "opinião favorável"), como tem feito desde o exercício de 2007. Concluiu que as contas de 2024 refletem fielmente, em todos os aspetos materialmente relevantes, a situação financeira da UE, os seus resultados e fluxos de caixa, bem como a variação da situação líquida do exercício.

O Tribunal constatou que as receitas estavam isentas de erros materiais.

Em relação às despesas, emite duas opiniões separadas: uma sobre o orçamento da UE e outra sobre o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), que é o principal pilar do pacote de recuperação da pandemia (o Instrumento de Recuperação da União Europeia, IRUE).

O nível de erro estimado nas **despesas orçamentais da UE** foi de 3,6%, o que constitui uma diminuição em comparação com os dois anos anteriores (5,6% em 2023 e 4,2% em 2022). A taxa de erro estimada para 2024 continua a ser demasiado elevada, ou seja, ainda acima do limiar de 2%. O erro voltou a ser **generalizado** em 2024, pelo que o Tribunal emitiu uma **opinião adversa** pelo sexto ano consecutivo.

O MRR é executado de um modo fundamentalmente diferente das despesas orçamentais normais da UE. Enquanto os beneficiários destas últimas são pagos pela realização de determinadas atividades ou reembolsados pelos custos suportados, ao abrigo do MRR os Estados-Membros são pagos pelo cumprimento satisfatório de marcos ou metas predefinidos. Assim, o Tribunal apresentou uma **opinião específica sobre as despesas do MRR** e dedicou-lhes um capítulo especial no Relatório Anual. Constatou que 12 dos 395 marcos e metas examinados estavam afetados por questões de regularidade com impacto financeiro e que seis pagamentos a seis Estados-Membros tinham erros. Detetou também insuficiências persistentes nos sistemas de comunicação de informações e de controlo dos Estados-Membros, que põem em risco a proteção dos interesses financeiros da UE. Por conseguinte, emitiu uma **opinião com reservas**.

3. O que é uma opinião "favorável"/"com reservas"/"adversa"?

- Uma opinião "**favorável**" significa que os valores das contas apresentam uma imagem verdadeira e apropriada e cumprem as regras de gestão e relato financeiros, e que as operações subjacentes são, em todos os aspetos materialmente relevantes, legais e regulares.

- Uma opinião "**com reservas**" significa que os auditores não podem apresentar uma opinião favorável, mas que os problemas detetados estão confinados a áreas específicas.
- Uma opinião "**adversa**" significa que os problemas são generalizados.

4. O que é um nível "significativo" de erros?

Na terminologia de auditoria, constitui o **nível acima do qual se considera que os erros têm um efeito material**. Um nível significativo de erros é suscetível de influenciar a tomada de decisões pelos utilizadores a que se destina um relatório de auditoria. O Tribunal e a Comissão Europeia utilizam um **limiar de 2%** para determinar a materialidade.

5. O que significa o "nível de erro estimado"?

O nível de 3,6% representa a estimativa do Tribunal quanto ao **montante dos fundos que não deveria ter sido pago** a partir do orçamento da União, uma vez que, na opinião do Tribunal, não foi despendido de acordo com as regras aplicáveis da UE, nem com as regras nacionais específicas.

Os erros mais comuns são pagamentos a beneficiários ou projetos inelegíveis e pagamentos para a aquisição de serviços ou bens ou a realização de investimentos sem a devida aplicação das regras em matéria de contratação pública.

6. A taxa de erro quer dizer que foram desperdiçados 3,6% dos fundos da UE?

Não. Tal afirmação não seria exata, visto que existe uma diferença significativa entre "erro" e "desperdício". Nos seus testes às despesas orçamentais da UE, o Tribunal verifica se os fundos da UE foram utilizados de acordo com as regras, se os custos imputados foram corretamente calculados e se as condições de elegibilidade foram cumpridas. Se pelo menos um destes requisitos não tiver sido cumprido, o Tribunal considera que há um "erro". É isso que o valor de 3,6% reflete.

Embora os erros digam respeito a pagamentos a projetos ou beneficiários que não cumpriam condições de elegibilidade, estes podem mesmo assim proporcionar os benefícios pretendidos, pelo que **não se pode considerar que houve um desperdício**. Pode citar-se um exemplo proveniente do relatório de auditoria deste ano: a UE concedeu financiamento para a construção de uma central de biogás em França. No entanto, verificou-se que o beneficiário dos fundos, uma empresa, não realizou uma consulta ao mercado (embora essa fosse uma exigência) e adjudicou o contrato de construção a um proponente do mesmo grupo industrial a que pertencia./vê IATE: consulta preliminar do mercado Embora este seja um caso manifesto de possível conflito de interesses que infringe a legislação nacional e da UE em matéria de contratação pública, a central de biogás foi construída e está operacional.

Obviamente, é também possível que as despesas sejam legais e regulares e constituam, ainda assim, um desperdício. Um exemplo apontado pelo Tribunal no passado foi uma infraestrutura portuária construída sem se terem suficientemente em conta os níveis projetados de transporte de mercadorias.

7. O facto de se encontrar um erro significa que houve fraude?

Na maioria dos casos, não há indícios disso. Por definição, fraude é um ato lesivo deliberado praticado para obter um benefício. Embora possa ser difícil detetar fraudes através de procedimentos normais de auditoria, os testes realizados revelam vários casos de suspeita de fraude em cada ano.

Em 2024, o Tribunal detetou 19 casos de suspeita de fraude nas 812 operações auditadas, que comunicou ao OLAF (Organismo Europeu de Luta Antifraude). Este organismo efetua os inquéritos que considera necessários e procede ao seu seguimento, em cooperação com as autoridades dos Estados-Membros. Sete destes casos foram igualmente comunicados à Procuradoria Europeia.

8. O que significa "erro generalizado"?

*Os resultados da auditoria relativa a 2024 reiteram as anteriores avaliações do Tribunal, ou seja, que a forma como os fundos são desembolsados tem impacto no risco de erro. Mais de dois terços das despesas do orçamento da UE auditadas em 2024 estavam **afetadas por um risco significativo de erro**. Embora o Tribunal estime que o nível de erro no total das despesas seja de 3,6%, este valor sobe para 5,2% quando se examinam as despesas sujeitas a regras complexas. Devido ao peso substancial deste tipo de despesa no total, o Tribunal considera que o erro é generalizado, ou seja, está presente na totalidade da população auditada ou numa **parte significativa** da mesma.*

*Os domínios auditados afetados por erros materiais incluem principalmente o **reembolso pela UE** dos custos elegíveis das atividades elegíveis. Por exemplo, reembolsos relativos a projetos de investigação (na rubrica "Mercado único, inovação e digital"), investimentos de desenvolvimento regional e rural (nas rubricas "Coesão, resiliência e valores" e "Recursos naturais e ambiente") e projetos de ajuda ao desenvolvimento (na rubrica "Vizinhança e mundo").*

*O Tribunal conclui que cerca de um terço dos domínios auditados em 2024 está isento de erros materiais. As despesas em causa são **pagamentos baseados em direitos**, efetuados a beneficiários que cumprem determinadas condições (menos complexas). Estes pagamentos incluem, por exemplo, bolsas de estudo e de investigação (na rubrica "Mercado único, inovação e digital"), ajudas diretas aos agricultores (na rubrica "Recursos naturais e ambiente") e vencimentos e pensões do pessoal da UE (na rubrica "Administração pública europeia").*

9. Qual é a situação no que respeita à dívida e à exposição do orçamento?

*Em 2024, a **dívida da União registou de novo uma subida significativa** (+31%), atingindo 601,3 mil milhões de euros no final do ano (2023: 458,5 mil milhões de euros; 2022: 348,0 mil milhões de euros), principalmente devido aos empréstimos contraídos para o IRUE. Devido à flutuação das taxas, as despesas totais com juros no atual orçamento de longo prazo da UE (2021-2027) poderão atingir cerca de 30 mil milhões de euros, ou seja, o dobro dos 14,9 mil milhões de euros inicialmente previstos pela Comissão Europeia.*

*A **exposição do orçamento da UE** (ou seja, o montante máximo que este tem de cobrir em caso de incumprimento de pagamentos) **continuou a aumentar** e totalizou 342,0 mil milhões de euros no final de 2024 (contra 298,0 mil milhões de euros em 2023 e 248,3 mil milhões de euros em 2022). Esta subida deveu-se principalmente aos empréstimos adicionais concedidos aos Estados-Membros através do MRR e aos empréstimos da assistência macrofinanceira (AMF+) à*

Ucrânia. Prevê-se que a exposição do orçamento da UE aumente nos próximos anos, atingindo 567 mil milhões de euros até 2027.

10. Por que razão se preocupa o Tribunal de Contas Europeu com o aumento dos encargos decorrentes dos empréstimos contraídos?

*Nos últimos cinco anos, a União tem **dependido cada vez mais dos mercados de capitais** para financiar programas de maior dimensão, como o IRUE. Até 2027, os empréstimos em curso contraídos pela UE poderão exceder 900 mil milhões de euros, ou seja, quase 10 vezes o valor registado em 2020, antes do IRUE.*

*Por conseguinte, prevê-se que os empréstimos aumentem significativamente até 2027 (final do atual orçamento de longo prazo da União), sendo a **maior parte dos reembolsos adiados para anos futuros**. Para salvaguardar a sustentabilidade dos futuros orçamentos da UE, devem ser aplicados calendários de reembolso adequados, a fim de não restringir o âmbito financeiro da intervenção e dos programas da União.*

O Relatório Anual do TCE sobre o orçamento da UE relativo ao exercício de 2024 está disponível em 24 línguas da UE em eca.europa.eu.